

**FORMULÁRIOS E MODELO DE RELATÓRIO DE CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
PREPARATÓRIAS DA 3ª CONAES**

UF: **RS**

PARTE I – CONFERÊNCIAS TERRITORIAIS

QUADRO I - INFORMAÇÕES SOBRE CONFERÊNCIAS TERRITORIAIS E MUNICIPAIS

Nº	Território	Data da Conferência	Nº de Municípios Participantes	Nº de pessoas participantes			Nº de delegados/as eleitos/as para a etapa estadual		
				Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
01	Campanha - Bagé	02.04.14	08	28	59	87	02	12	14
02	Litoral – Torres	04.04.14	11	32	130	162	11	55	66
03	Vale do Sinos e Paranhana - Canoas	05.04.14	07	22	115	137	20	70	90
04	Missões - Ijuí	11.04.14	05	33	20	55	08	18	26
05	Norte - Erexim	24.04.14	06	17	14	31	06	06	12
06	Planalto – Passo Fundo	26.04.14	04	30	52	82	25	30	55
07	Sul – Rio Grande	26.04.14	12	64	133	197	26	64	90
08	Central – Santa Maria	26.04.14	08	44	63	107	17	21	38
09	Metropolitana – Porto Alegre	29.04.14	06	31	134	165	24	51	75
10	Serra – Caxias do Sul	29.04.14	03	18	34	52	17	23	40
11	Fronteira Oeste – Santana do Livramento	06.05.14	09	39	50	89	35	39	74
12	Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari	07.05.14	05	10	17	27	11	15	26
			84	368	821	1.189	202	404	606



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



QUADRO II – PROPOSTAS PRIORITÁRIAS DAS CONFERÊNCIAS TERRITORIAIS ENCAMINHADAS PARA A ETAPA ESTADUAL

Obs.: Nossa sistematização juntou as proposições das 12 conferências regionais, pois existiram muitas coincidências/convergências.

Eixo Temático	Subdivisões	Proposição
1. Produção, comercialização e consumo	QUALIFICAÇÃO FORMAÇÃO	1. Oferecer capacitação ao/as trabalhadores/as por meio da contratação de assessorias especializadas; 2. Organização do trabalho de forma coletiva e autogestionária; 3. Firmar convênios entre o Governo do Estado e Municípios com a finalidade de repassar recursos para estruturação de equipes de suporte permanente nas regiões; 4. Qualificação Profissional de acordo com as necessidades regionais e das cadeias produtivas; 5. Incentivos para a qualificação e valoração do produto – parceria para que sejam priorizados os produtos da ES para serem fornecidos para: as escolas públicas, sistema prisional, quartéis, agroindústrias, feiras, cesta básica e outros empreendimentos da Economia Solidária; 6. Criação de um grande banco de dados de informações acerca dos produtores, insumos, técnicas, fornecedores e consumidores. (REGIONAL); 7. Organizar cursos de capacitação e formação para qualificação dos EES. Garantindo processos permanentes de formação, assistência técnica nos diversos segmentos (design, produção, comercialização e gestão); 8. Criação de centrais de assessorias técnicas para busca de editais e construção de projetos para a captação de recursos. Encaminhar demanda para as entidades de apoio e poder público. (REGIONAL); 9. Formação para os gestores em ES; 10. Ampliar os espaços de formação técnicas e teóricas; 11. Troca de experiência entre EES; 12. Buscar estabelecer parcerias com Centros de Ensino (Universidades, Escolas Técnicas, Institutos Federais) e Entidades de Apoio e Fomentos à Economia Solidária para a garantia de assessoramento técnico aos empreendimentos nos temas de gestão, comercialização, publicidade e propaganda; Qualificação da assistência técnica para o assessoramento da economia solidária;



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



		13. Política de ampliação das qualificações.
	TECNOLOGIA SOCIAL	1. Incentivo para geração de tecnologia social voltada para o segmento de Economia Solidária popular – mais pesquisa nas universidades; 2. Garantir um fluxo contínuo de verbas públicas para os apoiadores que historicamente fazem incubações de Economia Popular, Economia Solidária e Cooperativismo; 3. Tecnologia adaptadas aos empreendimentos da Economia Solidária; 4. Criação de incubadoras para as diversas áreas de atividade Ecosol; 5. Falta de legislação específica.
	EDUCAÇÃO	1. Inserir na grade curricular da rede pública Municipal e Estadual uma disciplina que promova o conhecimento das propostas da Economia Solidária; 2. Inserir o tema da EPS em espaços formais e não formais de ensino;
	PLANEJAMENTO - PRODUÇÃO	1. Planejamento da produção: organizar a produção dentro dos EES para atender as necessidades do mercado; 2. Valorização de produtos da região: incentivo para o consumo e promoção de produtos regionais 3. Estruturas intermediárias: formas de processamento e armazenagem. 4. Constituir mecanismos que potencializem a produção (estruturas, assessoramento); 5. Fomentar a produção orgânica. 6. Garantir o desenvolvimento de pesquisas sobre o potencial de produtos e serviços realizados pela Economia Solidária e pesquisas de mercado para identificar espaços e segmentos de mercado potencializando processos de comercialização; 7. Incentivar os empreendimentos econômicos solidários a buscar doações de bens por parte de órgãos públicos. (REGIONAL)
	DIVULGAÇÃO	1. Realizar campanhas de sensibilização para prática do consumo ético, solidário e sustentável; 2. Campanha massiva de divulgação da Economia Solidária: seus critérios e conceitos, respeitando a produção regional; 3. Linkar a divulgação nas mídias alternativas e convencionais; 4. Acesso à divulgação das notícias da Economia Solidária; 5. Maior incentivo para divulgação dos produtos de ES.
	PONTOS FIXOS DE COMERCIALIZAÇÃO	1. Instituir “Casas de Economia Solidária” e “Comissão Regional de Certificação” na região da Campanha; 2. Espaço regional para armazenamento de matérias primas; 3. Consolidar espaços de comercialização e investir na descentralização; 4. Comercialização: espaços permanentes de referência e comercialização; 5. Divulgação do CIRANDAS como site de comercialização online dos produtos;

		6. Integração e logística pra comercialização; 7. Criação de uma central de compras coletivas para todos os segmentos de ES
	CERTIFICAÇÃO	1. Certificação: ampliar os mecanismos de certificação dos produtos da Economia Solidária. 2. Fortalecer, ampliar e aperfeiçoar o sistema de certificação dos EES;
	FEIRAS	1. Garantir apoio as Feiras Públicas em âmbito local e regional; 2. Inserção da Economia Solidária no Calendário de Feiras e Eventos de cada município; 3. Pleitear perante o poder público, a existência de cotas de 10% a 20% nos mercados públicos para os empreendimentos econômicos solidários; 4. Casas de Economia Solidária, marketing específicos – considerando o reposicionamento da cultura de Justiça Distributiva – a grande economia subsidia a pequena.
	COMPRAS PÚBLICAS	1. Discutir a questão das Compras Públicas em áreas como artesanato e serviços; 2. Garantir o cumprimento da lei que orienta as compras públicas para 30% de fornecedores da Economia Solidária; 3. Fomentar e viabilizar as compras institucionais.
	FINANÇAS	1. Incentivo na produção com investimentos públicos; 2. Linha de crédito assistido na rede bancária estatal; 3. Fortalecer e divulgar mecanismos de crédito solidário; 4. Criação de subsídios efetivos para os processos (de produção, comercialização e consumo). Sem tributação de produtos; 5. Falta de legislação específica; 6. Disponibilizar profissionais para a elaboração de planos de viabilidade econômica, antes da concessão de linhas de crédito para os empreendimentos. Com metodologia semelhante a dos “fundos solidários e bancos comunitários”; 7. Elaborar previamente à concessão dos recursos de planos de viabilidade econômica das atividades produtivas.
	REDES E CADEIAS	1. Estratégia Governamental para fortalecimento dos grupos e redes produtivas; 2. Construir, articular e organizar redes de comercialização entre os EES (intercooperação). 3. Reforçar as propostas da Secretaria Estadual de Economia Solidária nas cadeias produtivas. (NACIONAL) 4. Fomentar redes de cooperação solidária, garantindo acesso a formação, acessória técnica e financiamento público; 5. Fortalecer a colaboração em rede para incentivo de novos produtos – troca de saberes.
		1. Garantir em Lei a Implantação da coleta seletiva, transformação e destinação de resíduos sólidos nos municípios, com participação dos catadores e recicladores organizados em Cooperativas; 2. Isenção de tributação para materiais recicláveis;

	RECICLAGEM	3. Um maior incentivo para ampliar o reconhecimento da atividade de reciclagem como elementos das atividades de proteção ao meio ambiente, educação ambiental, limpeza urbana e como atividade especial de garantia de sobrevivência das populações em vulnerabilidade social. Criando uma lei específica para a categoria; 4. Destinação de área para atividades em galpões; 5. Leis municipais que isentam associações; 6. Oriente sobre a importância da separação dos resíduos; 7. Efetivação da lei dos resíduos sólidos – resíduos dos galpões de reciclagem – com política nacional e estadual para a criação de aterros sanitários; 8. Maior investimento na área de infraestrutura para trabalhadores/ recicladores; 9. Formação de centrais de comercialização; 10. Implementação de penas e multas para as empresas que não cumpram a lei da logística reversa. (NACIONAL); 11. Apoio às atividades artesanais que envolvem produtos da reciclagem; 12. Integrar os artesanatos regionais a rede solidária Bi nacional do PET;
	LEGISLAÇÃO	1. Aprovação de Leis, nas três instâncias (Nacional, Estadual e Municipal) que regule investimentos para Empreendimentos de Economia Solidária; 2. Articulação política para criar conselhos municipais da Economia Solidária em todos os municípios da região; 3. Apoio específico dos gestores públicos com criação de órgãos municipais de ECOSOL; 4. Aprovação de Lei Estadual que oriente para a criação de fundos municipais para a Economia Solidária; 5. Maior participação nos investimentos do PPA estadual em recursos para Economia Solidária; 6. Avançar no marco legal (um formato jurídico, na lei das cooperativas); 7. Considerar a ECOSOL como setor social e produtivo, garantindo o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras (cuidado das crianças, saúde das mulheres, geração de renda, capacitação, organização comunitária) a todas as políticas públicas; 8. Criar legislação mais adequada para enquadramento da agricultura familiar que destaque o tamanho da propriedade – até 25 hectares, de 25 até 80 hectares - a diversidade produtiva voltada para alimentação básica e trabalho do grupo familiar – ampliando a possibilidade de contratação de mão de obra para além das famílias, já que estas são modulares (pequenas). 9. Legislar de forma que todos os envolvidos com a agricultura familiar atuem somente em forma de associações e cooperativas. 10. O Estado deve desburocratizar e desonerar a formalização e funcionamento dos EES. 11. O Fórum Nacional, Estadual em conjunto com os Fóruns Municipais devem participar ativamente na construção da Política Pública de Comercialização Solidária;

		12. Criar Lei Nacional, Estadual e Municipal que subsidie e fomenta espaços Comercialização Solidária: feiras, lojas, centrais, e etc; 13. Garantir a aprovação e implementação de leis a nível Federal, Estadual e Municipal de compras públicas; 14. Institucionalização e fortalecimento do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, com seus desdobramentos na organização da política pública; 15. Desenvolver políticas públicas para o consumo sustentável; 16. Adequação de legislação sanitária voltada para a produção do mercado interno, ao modo e escala de produção da Economia Solidária. 2 .Criar no âmbito da Administração Pública Municipal uma equipe de assessoramento, apoio, formação (criar um Departamento de Economia Solidária para dar suporte aos empreendimentos);
	FORTALECIMENTO DOS FÓRUNS	1. Políticas Públicas de fomento financeiro nos moldes dos Sindicatos para o fortalecimento dos Fóruns Regionais de Economia Solidária; 2. Fortalecimento dos Fóruns Regionais e Municipais; 3. Mobilização e articulação sistemática dos fóruns e empreendimentos.
	OUTROS	1. Reconhecimento e valoração da profissão de artesão e de seus produtos; 2. Criação de uma identidade histórica, cultura e local atribuída ao artesanato. (REGIONAL) 3. Mapeamento de possíveis gestores, apoiadores e financiadores.
2.Financiamento: crédito e finanças solidárias	LEGISLAÇÃO	1. Avançar em políticas públicas voltadas para respaldar as iniciativas de Economia Solidária; 2. Desenvolver ações de articulação institucional junto às instâncias Executivas e Legislativas da região da Campanha para criação das Leis Municipais de Economia Solidária, implantação dos Conselhos Municipais de Economia Solidária e dos Fundos Públicos de Apoio e Incentivo à Economia Solidária; 3. Criação de um fundo público Municipal, Estadual e Federal de ES gerido pelos devidos Conselhos Estaduais (possíveis fontes públicas: ingressos de jogos, bancos públicos e privados, multas, nota fiscal gaúcha e taxas da junta comercial); 4. Marco legal sobre finanças solidárias (fundos rotativos de solidariedade, bancos comunitários); 5. Criação de uma política nacional de crédito, com linhas de créditos, nos moldes microcrédito, para empreendimento de Economia Solidária; 6. Criação de fundos solidários nos municípios e no Estado, com gestão compartilhada e participação dos empreendimentos; 7. Articulação para criação de Secretarias municipais da Economia Solidária garantindo pessoal capacitado e orçamento; 8. Criação de uma política municipal com fundo destinado à Economia Solidária;

		9. O Fórum Regional define como prioridade fomentar a criação de leis municipais de Economia Solidária com o respectivo fundo e conselho de Economia Solidária; 10. Constar na LDO; 11. Criação de um conselho Gestor; 12. Implementação da Lei de Economia Solidária; 13. Em nível municipal, manter uma política pública de fomento para Economia Solidária. Com isto disponibilizar estrutura física e suporte aos EES; 14. A Criação de um programa de financiamento voltado para a Economia Solidária através de BRDE e BNDS; 15. Criação de uma política municipal com fundo destinado à Economia Solidária; 16. Falta de legislação específica;
		1. Criação de Políticas Públicas para priorizar os EES nas compras públicas; 2. Mapear as necessidades de “Compras Públicas” (demandas de produtos e serviços que podem ser atendidas pela Economia Solidária) das administrações municipais e estaduais; 3. Garantir investimento público para constituição de espaços permanente de produção com equipamentos.
	FINANÇAS	1. Garantir a concessão de microcrédito aos pequenos empreendedores (artesãos, área do turismo, reciclagem, entre outros); 2. Modificar a legislação vigente para possibilitar a concessão de linhas de crédito (microcrédito) para cooperativas e associações; divulgar mais as propostas do microcrédito; 3. Linha de Crédito específico para dotar a Região de equipamento para feiras; 4. Promover ações de organização dos trabalhadores tendo em vista o acesso a recursos de fundos rotativos solidários; 5. Incentivo a criação de sistemas solidários para utilização de cartões de débito/ crédito para as vendas das EES; Incentivo ao desenvolvimento de iniciativas de moeda social 6. Isenções fiscais no âmbito de todos os entes federados; 7. Financiamento para sustentar a transição de produtores rurais da agricultura convencional, para Agricultura orgânica; 8. Taxação dos subsídios públicos para empresas privadas revertidas para a Economia Solidária; 9. Resgatar e cobrar as demandas do PRONAF; 10. Criar o Fundo Público de Economia Solidária a nível Federal, Estadual e Municipal; 11. Fundos Municipais: destinação de um percentual a Economia Solidária, avaliado por um conselho; 12. Desenvolver políticas públicas de estímulo à constituição de fundos solidários e bancos comunitários, com a garantia de aporte financeiro inicial;

		13. Fomentar, financeiramente, a constituição de empreendimentos solidários (prever recursos para investimento, custeio e capital de giro); 14. Crédito de qualificação para os EES, específico para associados, com olhar para a produção do grupo; 15. Que o acesso ao crédito possa ser realizado em grupos (não apenas individualmente como ocorre hoje); 16. Incentivo a outras formas de finanças, envolvendo a troca solidária de produtor e serviços; 17. Acesso de financiamento para as Universidades Comunitárias que trabalhem com o tema da Economia Solidária; 18. Fortalecer as “linhas de crédito solidário” para empreendimentos ainda não formalizados (acesso a Fundos Rotativos Solidários); 19. Criação de cooperativas de créditos instituídos pelos próprios EES; 20. Financiamento desburocratizado, com taxas de juros mínimos ou juros inexistentes; 21. Acesso facilitado ao crédito, para compra de equipamentos e capital de giro; 22. Facilitação de recursos a fundos perdidos; 23. Centro Regional de Referência em Economia Solidária, com certificação aceita para aval de empréstimos;
	QUALIFICAÇÃO	1. Promover ações de capacitação em Gestão Financeira para as Cooperativas, Associações e EES; 2. Curso de capacitação válido como referência Profissional para a necessidade de reconhecimento junto aos órgãos financiadores. 3. Curso de qualificação na área técnica de Projetos e Financeiro de Projetos; 4. Formação para criação de bancos comunitário/sociais.
	FORMAÇÃO	1. Realização de formação, treinamento e capacitação para acesso aos recursos que estão disponíveis; 2. Escolas, Sociedade e Poder Público valorizem na educação os princípios da Economia Solidária; 3. Divulgar os clubes de trocas e moedas sociais, para fortalecer e incentivar estas alternativas.
	OUTROS	1. Espaços físicos regionais de escoamento da produção. 2. Inserir Economia Solidária como prioridade no OP; 3. Diagnostico de prioridades (locais de âmbito geral para todas as atividades). 4. Aligeirar o processo de certificação. Tornar este processo menos burocratizado
	COMERCIALIZAÇÃO	1. consolidação de mais Casas de Economia Solidária no Rio Grande do Sul.
		1. Maior divulgação da Economia Solidária com o objetivo de criação de Redes e Cadeias Solidárias;

	REDES E CADEIAS	- Fortalecimento de redes de Economia Solidária; - Divulgar a Economia Solidária para outros órgãos de trabalho, com a finalidade de incentivar a criação de serviços solidários.
3. Acesso a Conhecimentos: Educação, formação e assessoramento	LEGISLAÇÃO	- Criar no âmbito da Administração Pública Municipal uma equipe de assessoramento, apoio, formação (criar um Departamento de Economia Solidária para dar suporte aos empreendimentos); - Política pública específica de formação em economia solidária (ex: PRONATEC para Economia Solidária); - Garantir políticas para fomentar As Cooperativas de Transformação e Cooperativas de produção e Serviços; - Criar e implementar um programa de formação em economia solidária para gestores públicos; - Incentivar a constituição de Frentes Parlamentares da ECOSOL; - Marco legal da Economia Solidária; - Ampliação do Conselho Municipal de ES como: aumento no nº de conselheiros e representatividade dos empreendimentos solidários em sua diversidade.
	QUALIFICAÇÃO	- Buscar estabelecer parcerias com Centros de Ensino (Universidades, Escolas Técnicas, Institutos Federais) e Entidades de Apoio e Fomentos à Economia Solidária para a garantia de assessoramento técnico aos empreendimentos nos temas de gestão, comercialização, publicidade e propaganda; Qualificação da assistência técnica para o assessoramento da economia solidária; - Qualificação dos trabalhadores de economia solidária para processos de produção, apresentação e venda de seus produtos; - Qualificação dos EES realizada por técnicos com uma visão mais integrada; - Qualificação dos espaços destinados para educação: equipamentos de qualidade e acessíveis; - Criação de programa permanente de assistência técnica de Economia Solidária Qualificação da assistência técnica para o assessoramento da economia solidária Resgatar o Artesanato regional, dar fundamento cultural ao artesanato e diversos segmentos
	PLANEJAMENTO	- Articular instâncias municipal, estadual e federal sobre os princípios da Economia Solidária com destaque para a autogestão e a solidariedade; - Fortalecer a articulação e troca de experiências entre os grupos (trabalhar a diversidade cultural) por meio da criação de um sistema que possibilite o monitoramento dos avanços e o gerenciamento das necessidades dos/as trabalhadores/as; - Fortalecer parcerias com organizações, entidades e instituições que estejam dispostas a dialogar a partir dos princípios da Economia Solidária (entidades que tenham compromisso com a construção de um Desenvolvimento sustentável) - Fomentar (estabelecer diálogo) junto às Universidades criação de incubadoras sociais/ tecnológicas para a oferta de

		assessoramento técnico aos empreendimentos econômicos; - Diagnósticos de demandas sociais para planejamentos de formação e assessoria nos âmbitos federal, estadual e municipal; - Criar espaços de diálogo entre Movimento da Economia Solidária e a sociedade atual para fortalecer a troca de experiências e articulação de iniciativas em prol do fortalecimento da economia solidária; - Elaborar um subsídio com conceitos e metodologias comuns para uso das EAF. - Criar programas de assessoria técnica de controle social dos empreendimentos com financiamento público. - Falta entrosamento entre órgãos, estados e municípios (FGTAS-secretarias)
	FORMAÇÃO/ CAPACITAÇÃO	- Fomentar uma rede de entidades formadoras em economia solidária para consolidação de diretrizes pedagógicas e metodológica. - Realização de encontros, entre as entidades fomentadoras e empreendimentos solidários, possibilitando o aprofundamento das formas de conhecimentos já existentes. - Formação e fortalecimentos de entidades de apoio para a busca de fomento em órgãos públicos - Formação política e formação na área de educação popular e parcerias em âmbito privado e sociedade em geral; - Potencializar a pesquisa técnica articulando com as tecnologias sociais; - Criação de um Grupo Temático no Fórum regional de economia solidária para trabalhar o desenvolvimento de Tecnologias - Articulação com outras políticas de educação formal, formação, ciência e tecnologia, tais como alfabetização – EJA, fundamental, médio, superior, ensino profissionalizante; - Criar e implementar um programa de formação em gestão de projetos para economia solidária para gestores públicos, entidades de apoio e Empreendimentos de Economia Solidária; - Formação permanente com recorte em gênero, étnico-racial, que as políticas sejam construídas transversalmente; - Formação para Rede de Multiplicadores Regionais em Economia Solidária; - Formação para Fortalecimento das Redes Solidárias e formação de vínculos e identidade regional; - Criação de um centro/escola de formação de economia solidária baseadas no protagonismo dos empreendimentos solidários; (cidadania, participação, mobilização, associativismo, cooperativismo, entre outros); - Aproximação da Economia Solidária com a Agroecologia nos espaços de formação, resgate das técnicas tradicionais com as novas técnicas; - Incentivo a formação, assessoramento de novos empreendimentos sociais; - Articular os programas de transferência de renda com as formações em ES; - Fortalecer as discussões sobre coletividade dos atores envolvidos nos empreendimentos sociais. Fortalecer os princípios da

		Ecosol (romper os preconceitos) por meio a ampliação dos mecanismos de formação e informação 15. Integrar a Universidade Estadual do RS, Com cursos adequado aos Empreendimentos da ECOSOL. 16. Formação e assessoria técnica junto aos empreendimentos sobre legislação, organização coletiva, produção sustentável, finanças solidárias, escoamento da produção, rede de comercialização e temas transversais (gênero, raça e etnia, orientação sexual, direitos humanos...); 17. Articulação com outras políticas públicas: trabalho, segurança alimentar, meio ambiente, educação (garantia de educação infantil para os filhos de trabalhadores dos empreendimentos). 18. Inserir a Economia Solidária e o Cooperativismo na grade curricular desde o ensino fundamental; (já foi aprovado Plano nacional de Educação); 19. Sensibilizar, articular via COMUNA temática da Economia Solidária nas universidades comunitárias; 20. Unificar critérios para qualificar o que é artesanato 21. A educação atualmente não prevê a cooperação, solidariedade 22. Inserir a Economia Solidária e o Cooperativismo na grade curricular desde o ensino fundamental; (já foi aprovado Plano nacional de Educação); 23. Implementar programa de agentes locais articuladores 24. Desenvolver na grade curricular escolar disciplina com ênfase na ECOSOL, dos conceitos as experiências praticas; 25. Artesanato de boa qualidade, produzido na região.
	COMERCIALIZAÇÃO	1. Trabalho em rede para fortalecer as perspectivas do trabalho e geração de renda solidária; 2. Fomento para desenvolvimento de cadeias produtivas identificadas com as matérias primas encontradas no Litoral Norte e de acordo com nossa cultura de trabalho e identidade de Calendário regional de Feiras com inserção nas festividades tais emancipação e eventos característicos que identificam o local; 3. Garantir a visibilidade e o diálogo do Movimento de Economia Solidária com a sociedade através da consolidação da Casa da Economia Solidária e realização de Feiras (locais e territoriais) de Economia Solidária; 4. Implementar espaços físicos fixos de comercialização, formação e capacitação de Ecosol;
	OUTROS	1. Fomentar/fortalecer a participação nos espaços de controle social como conferências, conselhos entre outros. 2. Conscientização (campanha) sobre reciclagem 3. Bandeira unificada do movimento ECOSOL. 4. Criação e estruturação de conselhos municipais e fortalecimento dos fóruns regionais e estaduais enquanto espaços de formação. 5. Garantia de recursos financeiros pelas instâncias municipal, estadual e nacional para formação continuada com trabalhadores

		dos empreendimentos e educadores dos currículos formais. 6. Sistema 'S'. para a economia solidária. 7. Criar, conhecer, aprofundar, apropriar-se e por em prática as Leis (municipal, estadual, nacional) de apoio, fomento e garantia de direitos da Economia Solidária; 8. Investimento público para desenvolvimento de Tecnologias Sociais da região; 9. Apoio para sensibilização, mobilização e organização do Fórum Regional, 10. Fomentar/fortalecer a participação nos espaços de controle social como conferências, conselhos entre outros. 11. Fóruns Municipais como espaço de construção e da garantia de direitos dos/as trabalhadores/as, buscando superar a burocracia dos encaminhamentos e fortalecer a Economia Solidária nos território. Visibilidade a associações de catadores-recicladores. 12. Sistematização das experiências da Economia Solidária: o que aprendemos com nossa experiência; 13. Não Existe uma fiscalização dos produtos da Economia solidária, baixa organização do setor 14. Baixa diversificação nos produtos 15. O modelo de economia capitalista 16. A cultura da Cooperação- difundir
	DIVULGAÇÃO	1. Divulgação da Economia Solidária para toda a sociedade; 2. Criação de espaços de comunicação da Economia Solidária — rádio e televisão; 3. Produzir conteúdo para a internet sobre economia solidária; 4. Divulgação dos cursos, reuniões da economia solidária: revistas nos bairros; 5. Campanha de divulgação dos critérios e objetivos da economia como via capaz de fazer a Inclusão promover a segurança alimentar livre de agrotóxico garantir a geração de renda além de quebrar paradigmas e promover a igualdade entre homens e práticas e teorias; 6. Política de mídia e valorização dos empreendimentos da economia solidária; 7. Acesso à tecnologia da informação, tendo, por exemplo, o “cirandas.net” na incubação e outros processos de acessória técnica; 8. Investimento na conscientização do destino dos resíduos (orgânicos e inorgânicos). 9. Divulgação e propaganda dos produtos 10. Os programas são mal divulgados eventos e cursos

4. Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas	LEGISLAÇÃO	1. Avançar em políticas públicas voltadas para respaldar as iniciativas de Economia Solidária; 2. Desenvolver ações de articulação institucional junto às instâncias Executivas e Legislativas da região da Campanha para criação das Leis Municipais de Economia Solidária, implantação dos Conselhos Municipais de Economia Solidária e dos Fundos Públicos de Apoio e Incentivo à Economia Solidária; 3. Criar mecanismos (e aprimorar os já existentes) que possibilite aos empreendimentos da economia solidária prestar serviços a órgãos públicos (prefeituras, inicialmente); 4. Por em prática nos municípios a Lei Estadual da Compras Governamentais que permite que 30% das compras públicas possam ser realizadas diretamente de EES e Agricultura Familiar e demandar a aprovação da Lei Nacional de Economia Solidária e Lei Nacional das Compras Públicas; 5. Criar legislação específica (e/ou políticas pública de incentivos) que estimule as empresas de fora do município aonde vier a se estabelecer a compra determinado percentual de produtos/serviços da Economia Solidária e Agricultura Familiar; 6. Constituir um Grupo de Trabalho entre Secretarias e Órgão Públicos Estaduais existentes na Região para realizar a integração das políticas públicas em níveis municipais e estaduais de promoção e apoio a Economia Solidária e que possa contribuir no mapeamento das demandas das Compras Públicas da Economia Solidária e Agricultura Familiar; 7. Integração com as políticas públicas, ainda mais sabendo que as mulheres são maioria na ECOSOL, a questão das creches para que as mulheres possam produzir; 8. Criação de legislação específica e parcerias com as instituições governamentais e não governamentais e da sociedade civil, com apoio do poder público nas três esferas (Federal, estadual e municipal) para desenvolver e fortalecer a economia solidária; 9. Legislação: O município devia fazer uma legislação específica para compras públicas. A legislação atual apresenta algumas dificuldades; 10. É preciso aprimorar a legislação das cooperativas singulares e central; 11. Criação de impostos específicos para financiamento da economia solidária. Divisão dos impostos já existentes; 12. Estruturas públicas de referência para a economia solidária; 13. Incluir no planejamento orçamentário dos municípios (PPA, LDO, LOA) recursos para a Economia Solidária; 14. Criação de leis ou vias de acesso ao crédito, de forma que a troca dos gestores públicos não implique na extinção da mesma; 15. Criação de um PRONATEC cujo conteúdo e gestão do curso seja feito de forma autogestionada pelos EES em parceria com entidades de apoio e fomento da Economia Solidária; 16. LEI DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: Acelerar a votação do projeto de lei 4685 de 2012 para a Implementação da Lei de Economia Solidária;
---	------------	---

		17. Que se crie uma agenda pública articulando os municípios e sociedade civil a criar os conselhos municipais, reforçando a importância junto aos gestores públicos para que proporcionem o ambiente onde os grupos articulados possam exercer esse direito de cidadania; 18. Unificar leis que tratam da circulação de mercadorias 19. Que a contribuição previdenciária para a Economia Solidária seja única, a exemplo da legislação do Simples Nacional; 20. Criar instrumentos de fiscalização das compras públicas para agilizar a aplicação da lei das compras coletivas; 21. Reconhecimento do PAB – Plano de Artesanato Brasileiro – junto ao FGTAS; 22. Maior divulgação das legislações e acesso as políticas públicas da ECOSOL; 23. Governo municipal tenha departamento ou secretaria de economia solidaria; 24. Acesso ao mercado de compras públicas; 25. Implementação de organismo regional que fomenta a ECOSOL.
	DIVULGAÇÃO	1. Avançar no processo de certificação (criar a Comissão de Certificação da Região da Campanha) dos Empreendimentos de Economia Solidária na Região da Campanha para permitir o acesso às Compras Públicas e demais políticas de apoio e fomento à Economia Solidária; 2. Maior estruturação e divulgação do comitê de certificação regional da ECOSOL; 3. Sistema de informação mais eficaz (uso de mídias, rádio, jornais, entre outras).
	OUTROS	1. Garantir que todas as ações voltadas para a Economia Solidária (programas, projetos, editais públicos em geral) tenham um recorte transversal com a questão de gênero e que estes prevejam como uma ação concreta a contratação (ou através do estabelecimento de termos de parceria com entidades) de cuidadores/ as para ficar com as crianças durante as atividades de formação, produção, prestação de serviços e comercialização.
	FORMAÇÃO	1. Investir na formação de lideranças nos Empreendimentos de modo a despertar nas pessoas uma atitude crítica, capacidade de gestão, articulação e incidência política na busca pela garantia de direitos dos grupos e trabalhadores/as do Movimento de Economia Solidária; 2. Formação política e formação na área de educação popular; 3. Elaborar um subsídio com conceitos e metodologias comuns para uso das EAF; 4. Qualificação dos EES realizada por técnicos com uma visão mais integrada Capacitação: em todas as instâncias, de acordo com a necessidade de cada local. Exemplo PRONATEC da ECOSOL, a partir das necessidades específicas do município, região, e que o movimento esteja envolvido, bem como órgãos que tenham compreensão

		do que é a ECOSOL; 5. Espaços de formação em economia solidária (CFES); 6. Construção de espaços de formação em parceria com outras instituições (secretarias, IES, entidades) para os grupos de empreendimentos solidários a fim de formar a respeito das legislações, arrecadação de recursos e participação nos processos de licitação; 7. Incubadoras populares nos municípios; 8. Promover intercâmbios para a troca de experiências e conhecimento entre os empreendimentos da Economia Solidária na Região da Campanha e em âmbito estadual; 9. Criação de mais espaços multifuncionais (Assessoria técnica, incubadoras, entre outras); 10. Interlocutores: criação de estruturas e agentes intermediários para promover diálogo entre as instituições da economia solidária e as estruturas do estado; 11. Promover espaços de formação para os trabalhadores; 12. Agregar mais profissionais da área; 13. Assessoria e acompanhamento técnico continuado de acordo com necessidades de cada coletivo; 14. Ampliar as vagas nas creches comunitárias e prever a infra-estrutura de creches nos EES e nos eventos de Economia Solidária; 15. Serviços de assessoria; 16. Assessoria técnica permanente regionalizada; 17. Capacitação de profissionais para fomentar a ECOSOL; 18. Mapear as necessidades de “Compras Públicas” (demandas de produtos e serviços que podem ser atendidas pela Economia Solidária) das administrações municipais e estaduais, priorizando a iniciativa a partir das possibilidades de fornecimento de uniformes escolares, pães (e produção associada) para merenda escolar, prestação de serviços de jardinagem e construção civil; 19. Buscar a inclusão do tema da Economia Solidária nos currículos escolares; 20. Promover ações de formação em economia solidária para gestores públicos de modo a garantir um maior conhecimento da temática e seguranças das relações que envolvam os setores de compras/ licitações dos órgãos públicos, bem como, desenvolver campanhas de conscientização dos Gestores Públicos para implantar compras públicas, demanda da Secretaria Estadual de Economia Solidária ações de formação e assessoria técnica para os gestores municipais.
		1. Planos de sustentabilidade econômica que deem ênfase a economia solidária;

	FUNDOS SOLIDÁRIOS	2. Acesso ao micro crédito; 3. Criação de um fundo público solidário; 4. Impulsionar o projeto de Criação de um fundo de Economia Solidária; 5. Ampliar os programas de crédito para a Economia Solidária com maior carência; 6. Regionalização (divisão geográfica) do município no fornecimento dos produtos e serviços da Economia Solidária; 7. Criação do fundo estadual ECOSOL.
	COMERCIALIZAÇÃO	1. Busca de parceiros Institucionais; 2. Criação de espaços de comercialização e redução de preços mediante isenções fiscais. Oportunizar as compras fracionadas conforme o potencial dos grupos de empreendimentos solidários.
	PLANEJAMENTO	1. Criação de fóruns de discussão da economia solidária; 2. Constituição do Fórum Municipal de Economia Solidária; 3. Fortalecimento dos fóruns regionais: apoio ao fortalecimento dos fóruns regionais para promover a formação e reconhecimento dos territórios da ECOSOL no RS; 4. Fortalecer as ações de divulgação, marketing e organização da Economia Solidária através dos Fóruns, Conselhos e Políticas Públicas específicas com esta finalidade; 5. Tirar representantes de cada município que fiquem responsáveis por organizar um Encontro Municipal com o objetivo de constituir um movimento de pressão que terá como tarefas discutir e buscar a implementação dos pontos a seguir; 6. Encontros mensais para discussão. Fóruns municipais, após os encontros municipais, partir para encontros regionais para compartilhar as informações; 7. Estruturação do Fórum regional da ECOSOL.

ANEXO: Encaminhar todos os relatórios das Conferências Territoriais e Municipais com o conteúdo completo dos diagnósticos, balanços, propostas. Este material será futuramente sistematizado para compor um quadro da realidade nacional da economia solidária. Os arquivos poderão ser encaminhados em cópias físicas ou digitalizados em mídia.

PARTE II – CONFERÊNCIAS ESTADUAIS

QUADRO III - INFORMAÇÕES SOBRE A CONFERÊNCIA ESTADUAL



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



Data da Conferência	Local da Conferência	Nº de Municípios Participantes	Nº de pessoas participantes			Nº de delegados/as eleitos/as para a etapa nacional		
			Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
06.06.14	Porto Alegre	49	140	331	471			
07.06.14	Porto Alegre	49	130	302	432	61	107	168

P.Fundo, Erechim, Sta Cecília, Bagé, D Pedrito, Sta Maria, Ivorá, N Esperança do Sul, Cruz Alta, S Leopoldo, Canoas, Sapucaia do Sul, N Hamburgo, C Bom, Jaguarão, Pelotas, Capão do Leão, Arroio Grande, S.José do Norte, Rio Grande, Canguçu, Piratini, Sta Cruz do Sul, Estrela, Vera Cruz, Caxias do Sul, Farroupilha, P Alegre, Mostardas, Imbé, Torres, Cidreira, Balneário Pinhal, Palmares do Sul, Três Cachoeiras, Caará, Gravataí, Alvorada, Viamão, Guaíba, Ijuí, Cruz Alta, Santa Rosa, Panambi, São Borja, S Livramento, Cachoeira do Sul, Alegrete, Manoel Viana

QUADRO IV – PROPOSTAS PRIORITÁRIAS ELEITAS NA CONFERÊNCIA ESTADUAL PARA A ETAPA NACIONAL

Nº	Eixo Temático 1	Proposição
1	PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DEMANDAS ESTADUAIS	Criação e implementação dos sistemas de Economia Solidária, nas três esferas (federal, estadual e municipal), determinados por Lei e constituídos por Planos, Fundos e Conselhos, que sejam deliberativos e paritários;
2		Para avançar em políticas públicas para a Economia Solidária é necessário garantir legislações de apoio: isenções, espaços específicos, apoio e incentivo dos poderes públicos para a Economia Solidária, aprovadas pelos Conselhos;
3		Incentivo à capacitação e criação de iniciativas de finanças solidárias como: Bancos Comunitários, Cooperativas de Crédito Solidário, Clubes de Trocas, Fundos Solidários, garantindo a utilização de moeda social, inclusive nas áreas rurais;
4		Incentivo à criação de sistemas solidários para a utilização de cartões de débito/crédito para as vendas de EES;
5		Criação de secretarias municipais de Economia Solidária, garantindo pessoal capacitado e orçamento.
6		Implementação de um Programa Nacional de Apoio e Crédito à Economia Solidária, com linhas de crédito subsidiadas, sem avalista e em condições facilitadas.
7		Inserir a Economia Solidária como prioridade nos processos dos orçamentos públicos (Ex.: Participação Cidadã e Orçamento Participativo).
8		Garantir orçamento para acompanhamento, extensão e assessoria técnica permanente para o acesso às políticas de crédito e



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



		gestão dos EES.
9		Efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, garantindo a coleta seletiva solidária em nível estadual e municipal, com inclusão socioeconômica de catadores organizados em cooperativas e associações e com incentivos fiscais para a produção a partir de materiais recicláveis;
10		Considerar a ECOSOL como setor social e produtivo, garantindo o acesso das trabalhadoras e trabalhadores (cuidado das crianças, saúde das mulheres, geração de renda, capacitação, organização comunitária) a todas as políticas públicas.
01	PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DEMANDAS NACIONAIS	Organizar e estruturar o processo de produção, autogestionário e sustentável, com foco na demanda do consumo sustentável, de acordo com a cultura local; com incentivo a pesquisas de produtos e serviços da economia solidaria e pesquisas de mercado, potencializando o processo de comercialização;
02		Garantir incentivos e espaços da economia solidária, contemplando todos os seus segmentos em feiras públicas, em mercados públicos e em eventos municipais, estaduais e nacionais;
03		Fomentar cadeias produtivas e redes de produção e de comercialização de EES, garantindo acesso à formação, assessoria técnica e financiamento público, articulando e promovendo a troca de saberes e comercialização entre as redes.

Nº	Eixo Temático 2	Proposição
1	FINANCIAMENTO: CRÉDITO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS DEMANDAS ESTADUAIS	Criação e implementação dos sistemas de Economia Solidária, nas três esferas (federal, estadual e municipal), determinados por Lei e constituídos por Planos, Fundos e Conselhos, que sejam deliberativos e paritários;
2		Para avançar em políticas públicas para a Economia Solidária é necessário garantir legislações de apoio: isenções, espaços específicos, apoio e incentivo dos poderes públicos para a Economia Solidária, aprovadas pelos Conselhos;
3		Incentivo à capacitação e criação de iniciativas de finanças solidárias como: Bancos Comunitários, Cooperativas de Crédito Solidário, Clubes de Trocas, Fundos Solidários, garantindo a utilização de moeda social, inclusive nas áreas rurais;
4		Incentivo à criação de sistemas solidários para a utilização de cartões de débito/crédito para as vendas de EES;
5		Criação de secretarias municipais de Economia Solidária, garantindo pessoal capacitado e orçamento.
6		Implementação de um Programa Nacional de Apoio e Crédito à Economia Solidária, com linhas de crédito subsidiadas, sem avalista e em condições facilitadas.
7		Inserir a Economia Solidária como prioridade nos processos dos orçamentos públicos (Ex.: Participação Cidadã e Orçamento

		Participativo).
8		Garantir orçamento para acompanhamento, extensão e assessoria técnica permanente para o acesso às políticas de crédito e gestão dos EES.
1	FINANCIAMENTO: CRÉDITO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS DEMANDAS NACIONAIS	Criação e implementação dos sistemas de Economia Solidária, nas três esferas (federal, estadual e municipal), determinados por Lei e constituídos por Planos, Fundos e Conselhos, que sejam deliberativos e paritários;
2		Para avançar em políticas públicas para a Economia Solidária é necessário garantir legislações de apoio: isenções, espaços específicos, apoio e incentivo dos poderes públicos para a Economia Solidária, aprovadas pelos Conselhos;
3		Incentivo à capacitação e criação de iniciativas de finanças solidárias como: Bancos Comunitários, Cooperativas de Crédito Solidário, Clubes de Trocas, Fundos Solidários, garantindo a utilização de moeda social, inclusive nas áreas rurais.

Nº	Eixo Temático 3	Proposição
1	ACESSO A CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E ASSESSORAMENTO DEMANDAS ESTADUAIS Eixo Temático	Garantir recursos financeiros permanentes oriundos das instâncias municipal, estadual e federal para realização de diagnósticos de demandas sociais e construção de uma política de educação (formação e assessoramento técnico), continuada e sob a ótica da Educação Popular, para/com os EES, Educadores Populares e Educadores dos currículos formais, desenvolvendo tecnologias sociais e metodologias comuns de Assessoramento Técnico, promovendo a autonomia, sobretudo das famílias beneficiadas por programas de transferência de renda.
2		Garantir assessoramento técnico permanente aos EES, fortalecendo e incentivando a criação de Centros-Escola de Formação em ECOSOL, baseadas no protagonismo dos empreendimentos solidários; (cidadania, participação, mobilização, associativismo, cooperativismo, entre outros), através de parcerias com Centros de Ensino (Universidades, Escolas Técnicas, Institutos Federais) e Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária, garantindo controle social (sobretudo através dos fóruns) e fluxo contínuo de verbas públicas para a continuidade dos Programas e Projetos, bem como a criação do PRONATEC/ECOSOL, com foco na formação para a autogestão, voltado para as necessidades específicas da ECOSOL, gerenciado por Comitê Gestor composto pelas organizações da ECOSOL, priorizando a metodologia de aprendizagem sobre as experiências concretas.
3		Implementar programas de formação com metodologias participativas e vivências adequadas à diversidade dos protagonistas da Economia Solidária com conteúdos compatíveis às realidades territoriais e suas respectivas Cadeias Produtivas, observando os recortes de gênero, geracional e étnico, bem como da biodiversidade local, aproximando a Economia Solidária e Agroecologia.



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



4		Desenvolver uma política de comunicação para difundir os princípios e experiências da Economia Solidária para toda a sociedade, a partir de encontros vivenciais, espaços informativos (mídia convencional, alternativa, comunitária e, principalmente, espaços educacionais), reafirmando o sentido de cooperação e desenvolvimento sustentável.
5		Criar e implementar um programa de formação em elaboração e gestão de projetos para Economia Solidária para gestores públicos, Entidades de Apoio e Fomento e, sobretudo, Empreendimentos de Economia Solidária.
6		Incluir a ECOSOL no currículo escolar, em todos os níveis de ensino, contemplando os princípios da ECOSOL, oportunizando conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais.
7		Reconhecer os Fóruns e Conselhos de ECOSOL como espaços de formação, articulação e controle social das políticas públicas de ECOSOL.
1	ACESSO A CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E ACESSORAMENTO DEMANDAS NACIONAIS	Garantir recursos financeiros permanentes oriundos das instâncias municipal, estadual e federal para realização de diagnósticos de demandas sociais e construção de uma política de educação (formação e assessoramento técnico), continuada e sob a ótica da Educação Popular, para/com os EES, Educadores Populares e Educadores dos currículos formais, desenvolvendo tecnologias sociais e metodologias comuns de Assessoramento Técnico, promovendo a autonomia, sobretudo das famílias beneficiadas por programas de transferência de renda.
2		Para avançar em políticas públicas para a Economia Solidária é necessário garantir legislações de apoio: isenções, espaços específicos, apoio e incentivo dos poderes públicos para a Economia Solidária, aprovadas pelos Conselhos;
3		Incentivo à capacitação e criação de iniciativas de finanças solidárias como: Bancos Comunitários, Cooperativas de Crédito Solidário, Clubes de Trocas, Fundos Solidários, garantindo a utilização de moeda social, inclusive nas áreas rurais.

Nº	Eixo Temático 4	Proposição
1	AMBIENTE INSTITUCIONAL: LEGISLAÇÃO E INTEGRAÇÃO	Desenvolver ações de articulação institucional, junto às instâncias Executivas e Legislativas, para criação das Leis Municipais de Economia Solidária, implantação dos Conselhos Municipais, departamentos ou secretarias de Economia Solidária e dos Fundos Públicos de Apoio e Incentivo à Economia Solidária;
2		Por em prática nos municípios a Lei Estadual da Compras Governamentais (COMPRA COLETIVA RS) que permite que 30% das compras públicas de produtos, bens e serviços possam ser realizadas diretamente de EES e Agricultura Familiar e acelerar a aprovação da Lei Nacional de Economia Solidária e Lei Nacional das Compras Públicas, com controle dos conselhos de Economia Solidária;
3		Criar legislação específica às empresas contratadas pelo poder público, que incentive a compra de produtos e serviços da Economia Solidária e Agricultura Familiar, incluindo também as concessões públicas;



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



4	DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DEMANDAS ESTADUAIS	É preciso aprimorar a legislação das cooperativas singulares e central;
5		Incluir no planejamento orçamentário dos municípios (PPA, LDO, LOA) recursos para a Economia Solidária;
6		Unificar leis que tratam da circulação e comercialização de produtos, bens e serviços de empreendimentos da economia solidária;
7		Que a contribuição previdenciária para a Economia Solidária seja única de 11%;
8		Avançar no processo de certificação (criar a Comissão de Certificação) dos Empreendimentos de Economia Solidária para permitir o acesso às Compras Públicas e demais políticas de apoio e fomento à Economia Solidária;
9		Garantir que todas as ações voltadas para a Economia Solidária (programas, projetos, editais públicos em geral) tenham um recorte transversal com a questão de gênero e que estes prevejam como uma ação concreta a contratação (ou através do estabelecimento de termos de parceria com entidades) de cuidadores/as para ficar com as crianças durante as atividades de formação, produção, prestação de serviços e comercialização.
10		Assessoria e acompanhamento técnico continuado de acordo com necessidades de cada coletivo.

Nº	Eixo Temático 4	Proposição
1	AMBIENTE INSTITUCIONAL: LEGISLAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DEMANDAS NACIONAIS	Desenvolver ações de articulação institucional junto às instâncias Executivas e Legislativas para criação das Leis Municipais de Economia Solidária, implantação dos Conselhos Municipais, departamentos ou secretarias de Economia Solidária e dos Fundos Públicos de Apoio e Incentivo à Economia Solidária;
2		Que a contribuição previdenciária para a Economia Solidária seja única de 11%.
3		Garantir que todas as ações voltadas para a Economia Solidária (programas, projetos, editais públicos em geral) tenham um recorte transversal com a questão de gênero e que estes prevejam como uma ação concreta a contratação (ou através do estabelecimento de termos de parceria com entidades) de cuidadores/as para ficar com as crianças durante as atividades de formação, produção, prestação de serviços e comercialização.



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



ROTEIRO PARA RELATÓRIO COMPLETO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL

I. INTRODUÇÃO

Iniciamos o processo para a realização da III Conferência Estadual, num patamar muito diferente, levando-se em consideração que a II Conferência foi convocada pela SRT/RS em parceria com o Fórum Gaúcho de EPS, pelo fato do Governo na época, não assumir esta atividade. A III Conferência Estadual de ES, foi convocada pelo Conselho Estadual de Economia Solidária - CESOL em parceria com a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – SESAMPE, já tendo recursos próprios para a realização da mesma.

A Comissão Organizadora Estadual foi constituída em reunião ordinária do CESOL, sendo seus integrantes pertencentes ao CESOL. Esta comissão planejou as conferências regionais olhando a organização dos fóruns regionais de economia solidária e dos empreendimentos.

Estas conferências regionais foram espaços importantes de reconhecimento das políticas públicas do setor, instituídas e em execução neste Governo, como também um elemento motivador do fortalecimento, pois como nos casos do Litoral, Fronteira Oeste, Serra ficou o indicativo de rearticulação dos Fóruns Regionais e no Vale do Rio Pardo e Taquari o compromisso de criação do Fórum Regional de Economia Solidária. Colocou os diversos atores (Representantes do Poder Público, Organizações da Sociedade Civil e Empreendimentos Econômicos Solidários) a reconhecerem as suas práticas de economia solidária, como também estabelecerem pactos de articulação, voltadas para o desenvolvimento regional.

Houve debate profundo, com o indicativo de diretrizes para cada um dos eixos propostos e debatidos, que na etapa estadual deverão ser depuradoras para que fiquem hierarquizado em 10 para cada um. Participaram 1.189 pessoas, com a indicação de 606 delegados para a etapa estadual.

II. RELAÇÃO DOS COMPONENTES DA COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL

Nome	Entidade	Contatos	Email	Região que facilitará
Lilian Margareth P Wiltgen	CESOL – FGEPS - CNES	(51)93666494	margarethwiltgen@hotmail.com	Metropolitana
Mirian Pocebon	CESOL – UNISOL	(51)84120490	mirinhapoa@hotmail.com	Metropolitana/Litoral
Vanderlei Amaro de Oliveira	CESOL – REDE GESTORES	(51)92157679	vanderleiao@bol.com.br	Vale do Sinos
Sueli Angelita da Silva	CESOL - FGEPS	(51)92629411	sueli.angelita@yahoo.com	Vale dos Sinos/Norte
Nelsa Nespolo	CESOL - SESAMPE	(51)84457674	nelsa-nespolo@sesampe.rs.gov.br	Vale do Rio Pardo/Fronteira Oeste/Planalto/Sul
Angelilque Van Zeelanda	FLD	(51)32259066	angeliquei@fld.com.br	Vale do Rio Pardo/Fronteira Oeste



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



Regina Cellis Dellagerisi	CESOL - SDR	(51)32183381	reginawirtti@yahoo.com.br	Central/Norte
Aliel Freitas Correa	CESOL - SDR	(51)98778689	afcorrea@emater.tcche.br	Central/Norte
Rogério Dallo	CESOL - FEA	(51)96391050	rogeriodallo@terra.com.br	Campanha/Serra/Planalto
Daniela Pimentel	CESOL - AVESOL	(51)97902485	daniela.pimentel@avesol.org.br	Serra/Litoral
José Inácio Konzen	CESOL - CAMP	(51)32126511	josekonzen@camp.org.br	98052838
Francisco Matuella	FEA/COLACOT	(51)81864064	kikomatu29@hotmail.com	Planalto
Frank Volkman	CESOL / SEPLAG	(51)32881503	luis-volkan@seplag.rs.gov.br	Sul
Helena Bonuma	GUAÍY	(51)32127178	bonuma@portoweb.com.br	Vale do Sinos

III. PROGRAMAÇÃO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL

Sexta-Feira – 06.06.14

09 horas – Credenciamento e acolhida com coffee break

10 horas – Abertura interna, apresentação

Situar sobre as conferências dos outros Estados – Sr Valmor Schionet / Senaes , e do nosso Estado.

Aprovação do Regimento Interno

Encaminhamento para os trabalhos de Grupo

12 horas - Almoço

14 horas – Trabalho em Grupo por cadeia produtiva ou rede, para discutir:

- Situação atual da rede ou cadeia
- Principais avanços
- Desafios
 1. GRUPOS:
 - 1.1 – Gestores Públicos
 - 1.2 – Cadeia das Frutas Nativas, Agricultura Familiar e Alimentação
 - 1.3 - Pet e Reciclagem
 - 1.4 - Confeção
 - 1.5 - Lã
 - 1.6 – Peixe
 - 1.7 – Osso e pedras



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



1.8 – Serviços

1.9 – Outros artesanatos

15.30 horas – Troca para grupos por temáticas (4 grupos)

Reduzir as propostas para 10 prioridades, a partir da sistematização das conferências regionais

20:00 horas - Jantar

Momento Cultural – teatro

Sábado 07.06.14

09:00 horas – Início, momento cultural

10:00 horas – Momento Oficial com a presença do Governador Tarso Genro, Professor Paul Singer, Deputados, Secretários, Prefeitos e Imprensa

Apresentar as conferências regionais e o que foi construído.

12:00 horas - Almoço

14:00 horas – Plenária e aprovação das prioridades

16:00 horas - Definir e aprovar os delegados para a etapa nacional.

17:00 horas - Momento Cultural e encerramento.

IV. PROCEDIMENTOS PARA ELEIÇÃO DE DELEGADOS/AS PARA A ETAPA NACIONAL

Os delegados para a etapa nacional já vieram indicados pelas Conferências Regionais, de acordo com os seguintes critérios construídos:

- Indicação de Delegados para Conferência Nacional, sempre com lista priorizada por segmento, considerando que para participar da Conferência Estadual é preciso ter participado da Conferência Regional.

Para conferências com menos de 70 participantes	Indicam: 5 delegados de empreendimentos 3 delegados de organizações da sociedade civil 3 delegados de gestor público	Ficam confirmados pela ordem de prioridade, desta indicação, para a Conferência Nacional 2 delegados de Empreendimentos 1 delegado de organizações da sociedade civil 1 delegado de gestor público
Para conferências com mais de 70 participantes	Indicam: 10 delegados de Empreendimento 5 delegados de organizações da sociedade civil 5 delegados de gestor público	Ficam confirmados pela ordem de prioridade, para a Conferência Nacional 4 delegados de Empreendimentos 2 delegados de organizações da sociedade civil 2 delegados de gestor público



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



Após a realização das 12 Conferências Regionais, a Comissão Organizadora Estadual, verificando critérios de participação, como do significado para cada região, a realização da conferência enquanto fortalecimento da economia solidária local, redimensionou a quantidade de vagas por região, seguindo a lista priorizada.

Durante a conferência estadual, foi conferida a presença dos delegados e observado que seria necessário algumas regiões voltarem a fazer a sua discussão, pela ausência de alguns delegados, por exemplo.

V. RELAÇÃO DE DELEGADOS/AS ELEITOS/AS PARA A ETAPA NACIONAL

DELEGADOS SEGMENTO I							
	NOME	ENTIDADE	REGIÃO	CPF	RG	TELEFONE	EMAIL
1	Giana Leoneti	SESAMPE POA	Metropolitano	634.763.120-20	8010823915	51 84725124	gleaneti@yahoo.com.br
2	Thais da Silva Marcelino	PREF.GRAVATAI	Metropolitano	018.310.150-21	3095994376	51 91913873	thaismarcelino2@gmail.com
3	Luis Mario Longarai	PREF.GUAIBA	Metropolitano	005.100.100-40	-	51 95279625	luismariolm@gmail.com
4	Maribel Kauffmman	SESAMPE POA	Metropolitano	362.893.530-04	6017147569	51 85943877	maribel@sesampe.rs.gov.br
5	Isabel Cristina Leites do Carmo	SESAMPE GRAVATAÍ	Metropolitano	437.370.050-87	9023384663	51 93260508	isabel.carmo@hotmail.com
6	Luiz Francisco Teixeira	PREF.TORRES	Litoral	385.014.309-00	8055445541	51 85113796	luiz_pt@hotmail.com
7	Juliana Camboim Marques	PREF. TRAMANDAI	Litoral	-	1082610542	51 96470849	julianacomboa@yahoo.com.br
8	Gizelani Guazzelli	PREF. TORRES	Litoral	467.185.400-72	1014961121	51 84765188	gizelani@hotmail.com
9	Roberta Lang	Câm. De Ver. De Palmares	Litoral	883.117.400-20	1064648809	51 99881557	roberta.lang.13@gmail.com
10	Sandro Melo	PREF. IMBE	Litoral	639.202.200-72	2051759823	51 97051314	sandro.dados@ig.com.br
11	Paulo Valdir Manz	SMDETCT	Vale do Rio Pardo/Taquari	576.736.240-87	1056185885	99045004	paulomanz@yahoo.com.br
12	Vanderlei Amaro de Oliveira	PREF. CANOAS	Vale dos Sinos/Paranhana	453.059.730-91	9031008999	51 92157679	vanderleiao@bol.com.br
13	Cristina Santos	PREF. SÃO LEOPOLDO	Vale dos Sinos/Paranhana	367.425.380-15	4022115309	51 84212950	cristinasantos@saoleopoldors.gov.br
14	Maria Ignês S. Heckler	PREF. NOVO HAMBURGO	Vale dos Sinos/Paranhana	622.388.170-34	8010767614	51 84213489	necaheckler@gmail.com
15	Gerson Peixoto Azambuja	PREF. SAPUCAIA	Vale dos Sinos/Paranhana	397.510.820-72	8028258674	51 91100518	geresonpeixoto@uol.com.br
16	Rosemeri Martins de Oliveira	Secretaria SMMA	Missões	724.924.730-15	60409838	55 91304213	bomma.socioambiental@ijui.rs.gov.br
17	Joice Schaurich	Gestor Santa Rosa	Missões	033.718.840-82	5116439109	55 35115100	ecosolidaria@santarosa.rs.gov.br
18	Joseane Santin	Secr. Des. Economico	Planalto	623.036.270-87	4053267731	54 81174555	joseanes@pmpf.rs.gov.br
19	João Sirineu Pelissaro	Pref. Santa Cecília do Sul	Planalto	948.753.320-68	1060362830	54 99498049	joaopelissaro@hotmail.com
20	Rui Lorenzato	Câm. De Ver. De Passo Fundo	Planalto	441.177.440-20	6027793576	54 96252731	ver.ruilorenzato@cmpf.rs.gov.br



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



21	Claudio Costa	Vereador Rio Grande	Sul	402.601.780-04	1012309405	53 99508441	
22	Carmen R Vaz Dias	SESAMPE	Sul	336.803.700-59	241086735	53 84647504	carmenvazdias@yahoo.com.br
23	Leandro de Oliveira Campelo	PREF. CANGUÇU	Sul	740147650-91	8052453555	53 84047785	leandrocampelo@yahoo.com.br
24	Jandira Dias Cerqueira	SESAMPE- CAPÃO DO LEÃO	Sul	216.761.350-49	5001159499	53 91193108	jandira.cerqueira@gmail.com
25	Roseli Calveti Souza	Câmara de Vereadores Jaguarão	Sul	369783700-10	9027984369	53 84451163	calvettisouza@hotmail.com
26	Vera Lucia dos Santos Cunha	Câm. Ver. SANTANA DO LIVRAMENTO	Fronteira Oeste	652.577.070-04	1037644059	55 99882756	cunhaves@gmail.com
27	Jefferson da Rosa Berned	FGTAS	Fronteira Oeste	272.277.070-91	1008968727	55 96631053	bernedjefferson@yahoo.com.br
28	Arildo Gonçalves de Oliveira	Secretaria do Meio Ambiente	Fronteira Oeste	558.838.340-00	6024544485	55 84491373	arildooliveira.adv@gmail.com
29	Antônio Augusto Nadal da Luz	PREF. MUN. KM 21	Campanha	334.414.050-72	2001515961	53 99721688	guto.nadal@gmail.com
30	Michele Barcelos Correa	PREF. MUN. KM 21	Campanha	008.174.780-27	3055740926	53 99789996	eng_pro.michele@gmail.com
31	Marilete Pereira da Silva	Camara de Vereadores - D.Pedrito.	Campanha	902.155.240-04	3040522009	53- 99426042	mariletepereira@outlook.com
32	Eloir José Griseli	SDR	Norte	627.549.040-34	9036501832	51 84501586	eloir-griseli@sdr.rs.gov.br
33	Leomar da Silva	Prefeitura de Farroupilha	Serra	408.835.820-15	1035769189	54 96565899	desenvolve@farroupilha.rs.gov.br
34	Adriano Bressan	Prefeitura de Caxias do Sul	Serra	816.118.110-15	1054884811	54 99719970	abressan@caxias.rs.gov.br
35	Nelsa Inês Fabian Nespolo	SESAMPE	Comissão Estadual	408997050-49	1023178777	51 98346879	nelsa-nespolo@sesampe.rs.gov.br
36	Egídio dos S. Ferreira	SRTE	Comissão Estadual	423424060-53	3022104032		EgidioF@mte.gov.br
37	Aliel Correa	SDR	Comissão Estadual	432203390-34	4038829174	51 84793386	afcorrea@emater.tche.br
38	Rogério Dalló	CESOL/SEPLAG	Comissão Estadual	357374681-00	7028994437	51 96391050	rogeriodallo@terra.com.br
39	Rosinei Lima de Barros	Prefeitura de Arroio Grande	Sul	500925700-97	1027095403	53 81132331	rosineibarrosgmail.com
40	José Jairo Bueno da Silva	FGTAS - Tramandaí	Litoral	71237010-20	2004042855	51 92122844	jairopapainoel@gmail.com
41	Fabiana da Silva Soares	Prociba - Bagé	Campanha	971852130-53	1068261906	53 32426133	procibabage@yahoo.com.br
42	Nelci Dagostini	Secr Munic Cidadania - Erechim	Norte	589129750-72	1024082966	5.433.219.724	nelcidagostini@hotmail.com

DELEGADOS SEGMENTO III

	NOME	ENTIDADE	REGIÃO	CPF	RG	TELEFONE	EMAIL
1	Antônio Prado	COOPSSOL - Brasil POA	Metropolitano	274.797.060-49	4014049284	51 99810176	prado@coopssol.coop.br
2	Katiucia Gonçalves	Misturando arte	Metropolitano	709.355.780-68	7064722072	51 98889927	misturandoarte@gmail.com
3	José João de Melo	Apruma	Metropolitano	339.704.590-87	8016608765	51 99689101	melogravatai@gmail.com
4	Isabel Cristina Cunha	COOPERBOM	Metropolitano	479.894.830-68	7026680426	51 91526040	cooperbom@pop.com.br
5	Neiva Pavlak	Assoc. Caminhar Juntos	Metropolitano	521.038.540-04	6033634161	51 98162792	nkraskin@hotmail.com



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



6	Zuleide Cunha	Rozú-Balú	Metropolitano	282.700.100-49	8021806431	51 85907203	zuda_praia@hotmail.com
7	Maria da Graça Roxo	ASTUG	Metropolitano	184.702.970-15	6033679835	51 91420723	gracaroxo@hotmail.com
8	Luiza Dalva F. Baptista	COOPERBOM	Metropolitano	456.793.550-00	1020812671	51 93691251	luizafaleirobaptista@hotmail.com
9	Eduardo Cauê S. Moreira	Misturando arte	Metropolitano	606.249.230-61	7076158001	51 32452675	educamoreira@gmail.com
10	Marcos Roberto G. Meireles	ECOPAPEL	Metropolitano	805.039.770-04	7074830071	51 96026360	ecopapel@yahoo.com.br
11	Gladis F. M. Carvalho	Mãos amigas	Metropolitano	673.289.540-00	4028419051	51 81462620	confecmaosamigas@gmail.com
12	Janete Ramalho Rodrigues	Viva Maria	Litoral	220112930-49	4002358101	51 99534248	janeteramalho@yahoo.com.br
13	Dulce Silva da Luz	Artesanato	Litoral	237.359.610-53	4001649336	51 89913044	dulceluz@terra.com.br
14	Judite Souza Costa Velho	Artesanato	Litoral	396.491.130-53	1026804318	51 95669033	velho.dita@gmail.com.br
15	Ameris Hablich	CM Arte Vida	Litoral	398.583.080-00	4047077385	51 99420735	amerishablich@gmail.com.br
16	Eloisa Lemos da Silva	Agricultora	Litoral	601.569.960-49	5041820431	51 99745861	eloisalemos@hotmail.com
17	Silvia Rejane Rodrigues Gomes	Coop. Mulheres	Litoral	548.296.230-04	1034184653	51 97544050	silvinha0044@hotmail.com
18	Izaías Benck Becker	Acert. Agroindústria	Litoral	403.557.640-91	1026899532	51 92260110	izaia Becker@yahoo.com.br
19	Marcia Elisa da Rosa Machado	Coop. Produtora de Calçados	Litoral	431.937.810-53	7028995863	51 99227122	marciaerm@yahoo.com.br
20	Claudete da Silva Delfino	EES	Litoral	710.485.450-91	4071178131	51 84792530	
21	Maria de Fatima Rolante Carvalho	EES	Litoral	502.471.115-0153	9012177037	51 98460850	fatimarolante@hotmail.com
22	Patricia Eliziane Agert Martins	EES	Litoral	626914650-04	9044888734	51 92179921	
23	Kristiany Mariely Bender	EES	Vale do Rio Pardo/Taquari	782.471.010-68	36919558	83052369	kristiany.bender@yahoo.com.br
24	Iracema Cardoso	COMCAT	Vale do Rio Pardo/Taquari	391.512.040-53	1020285623	99061095	
25	Leidi Rosa Toniolo	Coop. Vida Saudável	Vale dos Sinos/Paranhana	520.780.780-34	1016747295	51 98055809	leidirosatoniolo@gmail.com
26	Marinalva de Almeida	Raio de Sol	Vale dos Sinos/Paranhana	905.373.007-91	728958	51 92629411	
27	Geni Rosângela Dias	Mãos Unidas	Vale dos Sinos/Paranhana	960.955.120-34	5070431902	51 81320207	grosangela@gmail.com
28	Maria Suziane Gutbier	Grupo da Lomba Grande	Vale dos Sinos/Paranhana	488.510.600-10	7037599367	51 97827144	suziutbier@gmail.com
29	Luis Eduardo Nunes	Trocas Solidárias	Vale dos Sinos/Paranhana	509.544.230-20	7034925303	51 92690267	eduardonunesnune@gmail.com
30	Cacilda Rodrigues Barcelos	Pé por Pé	Vale dos Sinos/Paranhana	346.463.960-68	1032359695	51 84525078	cacilda-rbarcelos@gmail.com
31	Maria da Graça Peixoto	Mel Artesanato	Vale dos Sinos/Paranhana	562.695.600-04	1015019696	51 84737508	mariacaetanopeixoto@gmail.com
32	Pedra Evanete da S da Silva	Ky + Ideias	Vale dos Sinos/Paranhana	586.893.970-00	4038598506	51 92639397	
33	Paulo Ricardo Bohn	Coolabore	Vale dos Sinos/Paranhana	356.296.300-91	0233988796	51 98230013	coolabore@gmail.com
34	Gilson Treter	FECONSOL	Missões	431356560-15	9033410409	55 91280117	fertreter@hotmail.com
35	Marlete de Moura Soares	ACAT	Missões	661170200-82	3078720781	55 99512802	
36	Sandra Paz de Assis	EES	Missões	460.496.570-68	7050284897		



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



37	Inês Batista da Silva	FECONSOL	Missões	353.540.700-45	2019510037	55 99981076	
38	Osmar da Rosa Vidal	COPERCICLA	Planalto	445.071.860-72	8026880255	54 91911433	coperbicla@hotmail.com
39	Reinaldo Poltromiere	Grupo Arte e Vida	Planalto	282.410.610-72	6096606667	54 99420684	reimart2008@hotmail.com
40	Lídia Figueiró	Encontro de Sabores	Planalto	706.232.280-68	9053837622		
41	Nilza Salles	AAAPPF	Planalto	493731000-04	4043237967	54 99120369	nilzasalles@hotmail.com
42	Edilmara Mesquita	Grupo LE point	Planalto	234.305.400-20	7064305095		
43	Angela Maria Bitzcof	EES	Planalto	493.894.830-34	1060437827		
44	Maria da Graça Quadros da Cruz	Mãos Arteira	Sul	691990760-20	1054830061	53 84545974	quadros.m@hotmail.com
45	Denise de Mattos	Multimãos	Sul	361.869.530-68	8021488229		
46	Andre Garcia de Mattos	COASDESPS	Sul	685.136.310-00	5059707521	53 84643923	calvettisouza@hotmail.com
47	Cátia Rejane Santos	Bem da Terra	Sul	690.732.360-53	5048812985	53 91525628	calvettisouza@hotmail.com
48	Olimar Jesus Ferreira Porto	Sind. Dos Pescadores	Sul	301.913.430-72	1046878896	53 84463945	calvettisouza@hotmail.com
49	João Henrique Silveira Ayres	COOPERSOL	Sul	755326200-59	5975317-SC	53 84469440	
50	Rosimari D. Correa Baldino	EES	Sul	439.389.060-49	3023048014	53 32222830	
51	Flavio Sidnei F. Cardoso	Reciclar	Sul	502.713.000-78	3042170641	53 84084888	
52	Rosa Eliane Coelho Machado	Assoc. de Artesãos	Sul	368.354.200-49	2052851249	53 99714085	
53	Cleia Picanço Ribeiro	Coopersol	Sul	581569460-34	8043537078	53 84418229	
54	Luciane Matos Leite	EES	Sul			53 91131905	
55	Angela Souza Lima	Grupo Marias Bonita	Central	780.584.650-20	7063544810	55 91066547	angelasouzalima@yahoo.com.br
56	Luiz Antonio Comasetto	Assoc. Sítio Ecológico da Vovó	Central	437.931.500-20	9034984063	55 84227714	luizcomasetto@gmail.com
57	Eliane Bilibio Parciannelo	Grupo Novo Horizonte	Central	496.841.750-00	1025566496	55 32192865	bp-elaine@yahoo.com.br
58	Carlos Alberto da Cunha Flores	Catando Cidadania	Central	287.214.890-68	7008043122	55 91462039	joaoisodre@yahoo.com.br
59	Ana Lucia Lopes da Silva	Cocari	Central	005.608.420-07	7092713391	51 98333755	
60	Jose Carlos Peranconi	Malhas Medianeira	Central	431.023.100-44	1034862118	55 99037302	malhasmedianeira@yahoo.com.br
61	Angela Sowa	Casa Fora do Eixo	Central	033.323.160-01	6076274676	55 81336851	noa.sowa@gmail.com
62	Charleston Wilson de Vargas Lourenço	Coop. Agroindústria familiar	Central	351.159.200-34	8019431645	55 84369855	coopivora@gmail.com
63	Orquelita Gonçalves	Artesões	Fronteira Oeste	894.332.200-30	7048995927	55 91078137	orquelita@hotmail.com
64	Jorge Sidnei de Oliveira	Coopevel	Fronteira Oeste	022.667.990-27	7031073799	55 99700144	
65	Giovane Soares	Cocarsal	Fronteira Oeste	933.979.330-72	1068169372	55 99613679	giovanesoares12@gmail.com
66	Marisa da Luz Xavier	Associação	Fronteira Oeste	244.081.660-49	4039707064	55 91762161	daluzmarisa@gmail.com
67	Mari da Silveira	Ass. Santanense de Costura	Fronteira Oeste	696.743.700-30	1039712011	55 84472350	



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



68	João Stivaletti	EES	Fronteira Oeste	688.351.080-04	7041103115	55 84328169	
69	Jose Pedro Marques Ricchetti	Cooperareia	Campanha	056.094.258-31	3075161509	53 99086316	pampagauchodp@gmail.com
70	Suelen Rodrigues Paim	Assoc. KM 21	Campanha	020.639.800-08	80766220618	53 99638020	susupaim@hotmail.com
71	Gilda Mara Soares Carvalho	Associação	Campanha	002.831.100-07	8076220618	53 99463781	gildacarvalho2009@hotmail.com
72	Anita Marques Carneiro	Cooperalimentos	Campanha	759.284.800-72	2049145168	53 99685808	boucinha.regina@gmail.com
73	Alexandra Medeiros de Lima	Emp. Mulher Esperança	Campanha	202.805.720-34	6002189444	53 99354439	eng.pro.michele@gmail.com
74	Eliane Albrecht Ramos	Assoc. KM 21	Campanha	599.977.100-52	1037039491	53 99254732	mithybarc@hotmail.com
75	Jose Tadeu Leal Peixoto	COOHABRAS	Norte	567.033.410-87	8046791664	54 36350680	tadeu@coohabras.org.br
76	Jose Valerio Cavali	COOPERITA	Norte	009.433.780-28	40875519	54 99985645	jvcavali@hotmail.com
77	Genessy Gema Bertolini	Imigrantes	Serra	489.191.520-04	3034234439	54 91660839	genessy@terra.com.br
78	Andrea Monteiro	Arte Serrana	Serra	679.267.110-04	9011944551	54 84238483	andrea_artes10@hotmail.com
79	Ilda Spiandorelo	Dell Robe	Serra	617.979.010-87	6003347264	54 32832448	spiandorelloilda@gmail.com
80	Sandra M. B. Teixeira	Ateliê Sandra EM REDE	Serra	218.341.300-00	8028508797	54 99658854	gbraunt@yahoo.com.br
81	Liliam Margareth P. Wiltgen	CESOL/FGEPS/CNES	Comissão Estadual	407615330-87	2017826518	51 84032474	margarethwiltgen@hotmail.com
82	Sueli Angelita da Silva	CESOL/FGEPS	Comissão Estadual	542711420-34	9038258076	51 92629411	sueli.angelita@yahoo.com
83	Francisco Matuella	FEA/COLACOT	Comissão Estadual	360714200-91	5034161686	51 96413671	kikomatu24@hotmail.com
84	Mirian Pocabon	CESOL/UNISOL	Comissão Estadual	335442980-15	6012106611	51 8412049	mirinhapoa@gmail.com

Empreendimentos

	NOME	ENTIDADE	REGIÃO	CPF	RG	TELEFONE	EMAIL
1	Pedro de Almeida Costa	UFRGS POA	Metropolitano	467.938.100-06	4026739261	51 91132675	pedroalmeidacosta@gmail.com
2	Anelise Gronitzki Adam	PUC POA	Metropolitano	534.408.200-25	1014990574	51 81178315	anelise.adam@pucrs.br
3	Talita Jabs Eger	CAMP POA	Metropolitano	813.317.110-53	8077351982	51 85319412	talitaeger@gmail.com
4	Rudimar Dal'Asta	AVESOL	Metropolitano	604.680.090-00	6050410247	51 98612238	rudimar.dalasta@avesol.org.br
5	Mateus De Marco	PUC POA	Metropolitano	684.356.570-00	8054952571	51 83232519	mateus.marco@pucrs.br
6	Ozeas Fortes	ONG Vento Norte	Litoral	393.907.210-91	3027680119	51 93513878	ozeas.daniel@hotmail.com
7	Tadeu Cardoso Persiuncula	Sindicato dos Trab Rurais	Litoral	260.092.680-72	5013406398	51 95590925	strmos@gmail.com.br
8	Eni Spode	ONG Onda Verde	Litoral	205.786.790-00	7000856927	51 98772956	enisplode@gmail.com
9	Tanussa Pereira Simas	EMATER Tramandai	Litoral	964.109.060-72	7075505896	51 98977761	tanussasimas@gmail.com
10	José Alberto Johann	EcoTorres	Litoral	264.273.200-25	4009169378	51 81828503	betojohannmt@gmail.com



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



11	Iuri João Azeredo	UNISC	Vale do Rio Pardo/Taquari	521.777.000-78	1029809389	91169472	iuriaz@unisc.br
12	Robinson H. Scholz	UNILASALLE	Vale dos Sinos/Paranhana	889.863.810-87	6055121849	51 97539096	robinson.scholz@unilasalle.edu.br
13	Célia Maria T. Severo	Unisinós	Vale dos Sinos/Paranhana	290.770.790-68	1013458375	51 96252869	csevero@unisinós.br
14	Daniela Stefani	Feevale	Vale dos Sinos/Paranhana	927.554.450-68	1074394691	51 99 074292	
15	Maria Izabel R. Lima	Incubadora Publica	Vale dos Sinos/Paranhana	698.042.650-87	7061295262	51 96687058	
16	Elizandra Cristine Pinheiro da Silva	ITCSOL	Missões	999.609.070-15	2083576815	55 91786961	elizandra-pdsilva@gmail.com
17	Lidia Picasso Figueira	UNICRUZ	Missões	326.104.670-87	2018040821	55 96525924	lidiaricasso@hotmail.com
18	Leonilde Zamuner		Planalto	252.107.000-95	2006612192		
19	Doriana Gobbi Mito	EMATER / ASCAR	Planalto				
20	Laura Hofstater Pilati	UNIV. Passo Fundo	Planalto				
21	Renato da Silva Della Vechia	NESIC/ UCPEL	Sul	331.468.610-20	1011671491	53 99819955	rdellavechia@gmail.com
22	Marcela Simões	TECSOL/ UFPEL	Sul	413.373.678-85	4228873116	53 81143891	simoes-marcela@live.com
23	Alexandre de Pauli Bandeira	NESOL/ IF.SUL	Sul	260.463.930-00	1018300961	53 81161968	alexandrebandeira@ifsul.edu.br
24	Eva Maria Dutra Pinheiro	Casa da Acolhida Mãe Gestante	Sul	321220980-15	4002245647	53 84225503	evamdp@ibest.com.br
25	Gicelda Mara F. da Silva	Somos Vida	Sul	295.279.100-72	1014846081	53 91448144	gicelda_mara@yahoo.com.br
26	Begair do Carmo Flores	Projeto Esperança	Central	142.834.250-87	6032127372	55 99578344	becarflor@gmail.com
27	Eder Sandro Teixeira Pompeo	Marista	Central	378.388.570-15	9045209476	55 84541808	ederpompeo13@gmail.com
28	Rami Ritter e Silva	Fora do Eixo	Central	993.713.910-49	9085153196	55 97023489	rami.ritter@gmail.com
29	Lucia Mariaci R Martins	Fórun Permanente de Mulheres	Central	005.084.980-82	2081459451	55 91996907	psilumart@gmail.com
30	João Carlos Coelho Jr.	UERGS	Fronteira Oeste	757.242.270-53	7055850169	55 91419778	joao-junior@uergs.edu.br
31	Angela Gomes S. Costa	FLD	Fronteira Oeste	914.103.120-20	1039428543	55 91038834	asangelacosta@gmail.com
32	Debora Sinara Pires	UNAMOS	Fronteira Oeste	914.526.270-53	1055041196	55 84426695	deborasinara75@hotmail.com
33	Pâmela Ieda Muniz	CARITAS	Campanha	834.654.560-68	9087564127	53 99991675	pamela@caritars.org.br
34	André Aloisio Mombach	GUAYI	Campanha	937.140.500-78	6068516217	53 99533713	andre@guayi.org.br
35	Raquel dos Santos Machado	GUAYI	Campanha	813204078	1104706650	53 84447526	raquelcera@hotmail.com
36	Jacson Mosena	EMATER	Norte	812.951.030-87	1070910516	54 99066430	jp.mosena@ig.com.br
37	Paula Cristina da Rosa	UAB	Serra	956.692.480-15	1075753887	54 92198207	artasdepaulinha@gmail.com
38	Rosane Mariani	GUAYI	Serra		525748140-53	51 32127178	nani.mariane@uol.com.br
39	Celso Woyciechowski	CUT/ADS	Comissao Estadual	399794580-20	3027868334	51 99671278	celsinhodacut@yahoo.com.br
40	Daniela Pimentel	CESOL/AVESOL	Comissao Estadual	004657930-37	8069884461	51 97902485	daniela.pimentel@avesol.org.br
41	Angelique Van Zeelanda	FLD	Comissao Estadual	012118476-56	v180845-d	51 84239015	angelique@fld.com.br



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



42	José Inácio Kozen	CAMP POA	Comissao Estadual	757264180-34	51 98052838	josekozen@camp.org.br
----	-------------------	----------	-------------------	--------------	-------------	--

VI. COMISSÃO ESCOLHIDA PARA CONTINUIDADE DE FORMULAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os delegados para a etapa nacional foram definidos como grupo de trabalho para a formulação de seus planos regionais (onde se somam as coordenações dos fóruns regionais e o plano estadual.

VII. APOIOS E PATROCÍNIOS PARA A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL

Utilizamos recursos do governo do estado, no valor de R\$ 235.000,00 do orçamento da Sesampe/Difesol, no valor aproximado de R\$ 50.000,00, da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, do Governo Federal, do M.T.E./Senaes, através do RS + Justo e Solidário o valor aproximado de R\$ 110.000,00.

VIII. RELAÇÃO DE PARTICIPANTES (PODE SER NO ANEXO, EM MÍDIA)

Porto Alegre, 05 de setembro de 2014.

Maribel Kauffmann

Chefe Divisão – ID 3544877

Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária – Difesol

Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – SESAMPE.



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**



ANEXO DO RELATÓRIO:

- arquivo digital fotos das conferências regionais
- arquivo digital das sistematizações das conferências regionais
- cópia das listas de presenças da conferência estadual
- arquivo digital das fotos da conferência estadual.



**Conselho Nacional
de Economia Solidária**

